



## trabalho, família e condição feminina: considerações sobre a demanda por filhos\*

Maria Coleta F.A. Oliveira\*\*

**RESUMO** – Tendo por base a análise da condição feminina no regime de trabalho do colono na cafeicultura paulista e das mudanças havidas em decorrência do assalariamento, o trabalho focaliza os constrangimentos sobre as atividades produtiva e reprodutiva. Argumenta-se que as diferenças no tipo de subordinação do trabalhador e sua família em cada um destes regimes respondem pelas diferenças na capacidade de acomodar níveis mais elevados de fecundidade em cada um destes momentos. A possibilidade ou não do trabalhador controlar o tempo (organização, alocação e ritmo) constitui o elemento central do ponto de vista da combinação entre atividades produtivas e reprodutivas em cada uma das situações analisadas.

### INTRODUÇÃO

Boa parte das hipóteses correntes sobre a transição da fecundidade enfatiza a importância da demanda por filhos na determinação do comportamento reprodutivo. Uma fecundidade alta, não sujeita a controle deliberado, estaria relacionada ao valor econômico dos filhos. Desta forma, sistemas produtivos apoiados na unidade familiar conteriam incentivos a uma prole numerosa, constituindo os filhos expressão da capacidade produtiva da família.

Na América Latina e no Brasil, este tipo de argumento teve ampla acolhida, até como reação a interpretações que atribuíam a alta fecundidade feminina dos países menos desenvolvidos à irracionalidade ou incapacidade cognitiva das camadas subalternas. Um elevado número de filhos seria o resultado de estratégias de sobrevivência na pobreza, argumentava-se. Em consequência, países com amplos mercados informais de trabalho e/ou persistência de formas de organização econômica em bases familiares, tenderiam a apresentar altos níveis de fecundidade (PATARRA e OLIVEIRA, 1974; ALDUNATE e LEON, 1975; TORRADO, 1976; BILLAC, 1978) (1).

\* Versão modificada em português, de trabalho apresentado à *Conference on Women's Position and Demographic Change in the Course of Development*, Asker (Norway), 15-18 de junho de 1988.

\*\* Professora e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Independente dos marcos teóricos, as explicações das tendências da fecundidade na América Latina passaram a apoiar-se em hipóteses relativas a mudanças na relação custo-benefício do tamanho da prole (MIRÓ e POTTER, 1980). O mesmo ocorreu na produção referida a outras realidades do Terceiro Mundo como, por exemplo, a Índia (MANDANI, 1972) e a África (CALDWELL, 1976).

Recentemente, este ponto de vista tem sido questionado. Autores como Cleland e Wilson (1987), por exemplo, sustentam que a lógica dos interesses econômicos é insuficiente para fundamentar uma explicação plausível das tendências da fecundidade nos últimos 100 anos. Face às evidências da história demográfica europeia e aos dados recentes sobre o mundo em desenvolvimento atual, estes autores acabam por descartar a importância mesma de fatores estruturais na explicação da transição da fecundidade.

O argumento de Cleland e Wilson é tentador e competente a sustentação da tese que defendem. De meu ponto de vista, no entanto, jogam fora a criança juntamente com a água do banho. Por exclusão, sustentam a autonomia de fatores ideológicos *vis a vis* o peso das transformações estruturais que afetam as famílias. Idéias quanto aos meios de controle e sua legitimidade seriam mais importantes e atuariam independentemente de motivações originadas em considerações de tipo econômico. Porém, se é verdade que o declínio da fecundidade depende da generalização de atitudes favoráveis ao controle da prole, também é certo que isto se torna possível quando se alteram as condições da vida material de amplos segmentos populacionais.

Este trabalho tem por objetivo apontar e discutir aspectos centrais do processo de corrosão dos modos de vida que sustentaram uma fecundidade elevada no passado brasileiro recente. Ao mesmo tempo, indicarei em que sentido vejo oferecerem as novas formas de organização da vida quotidiana condições favoráveis à redução do tamanho das famílias.

Para tanto, não é necessário lançar mão de hipóteses apoiadas na demanda por filhos, de fato extremamente frágeis. A idéia de que as formas de organização do trabalho seriam capazes de suscitar, por si mesmas, uma demanda por filhos maior ou menor encontra pouco respaldo empírico (OLIVEIRA e MADEIRA, 1985 e OLIVEIRA, 1985). Pesquisa sobre a organização do trabalho e da família na agricultura paulista, realizada nos anos 70 (OLIVEIRA, 1981), sugere que diferentes modos de organização do trabalho carregam consigo diferentes capacidades de acomodação de um determinado nível de fecundidade, cuja determinação encontra-se fora deles. Essas diferenças localizam-se nas restrições e possibilidades que colocam para a organização da vida quotidiana, especialmente no que diz respeito à situação da mulher.

## **PROCESSO DE TRABALHO E FAMÍLIA: A CONDIÇÃO FEMININA**

O relato de mulheres que viveram a transição do colonato para o assalariamento na agricultura paulista é repleto de menções às tensões e conflitos provocados pelas diferentes demandas familiares com relação ao desempenho feminino. Face às necessidades de consumo,



as mulheres casadas são pressionadas a participar do mercado de trabalho, e vêm-se, em consequência, compelidas a acomodar de modo, a seu ver, insatisfatório suas obrigações domésticas. Ou seja, as mudanças no regime de trabalho que experimentaram em suas trajetórias pessoais redundaram em sobrecarga para o contingente feminino, especificamente para as mulheres casadas.

Às tensões no grupo familiar, somam-se as condições que as mulheres casadas enfrentam no mercado de trabalho. Empregadores e agenciadores de mão-de-obra se mostram recalcitrantes quanto a contratação de mulheres casadas, tendo por base a irregularidade de seu comparecimento ao trabalho.

As reiteradas queixas de empregados e empregadores sobre as condições e limitações que cercam o trabalho assalariado da mulher casada nos dão a chave para apreender as mudanças sociais como mudanças na organização da vida quotidiana. Uns e outros dificilmente colocam em questão o padrão vigente de atribuição de papéis feminino e masculino. No entanto, o trabalho na enxada sempre fez parte do quotidiano feminino, hoje e no passado, agregando-se ao dia-a-dia do fogão, da lavagem de roupa e do cuidado dos filhos. O que se alterou foi, precisamente, o modo como essas diferentes atribuições se articulam no tempo.

Durante a vigência do colonato, a jornada de trabalho das mulheres casadas era organizada em função das tarefas a serem cumpridas pelo conjunto da unidade de força de trabalho constituída pela família. O gerenciamento dos recursos de trabalho nela disponíveis estava a cargo do chefe da família. Dados o tipo, o número e a época das tarefas a serem cumpridas no cafezal – detalhadamente especificadas nos contratos de trabalho – a alocação de braços em cada uma delas era da responsabilidade da família. Assim, o colonato configurava um tipo de subordinação que preservava um espaço de autonomia em seu interior. Essa autonomia no processo de trabalho refletia-se numa razoável flexibilidade na organização do tempo individual, flexibilidade especialmente notável no dia-a-dia das mulheres.

Nos depoimentos colhidos – de resto consistentes com as observações feitas por boa parte dos autores que focalizaram o tema – o trabalho sob o colonato era extremamente duro e de sol-a-sol. Muito cedo pela manhã o toque de um sino despertava a todos, indicando aproximar-se o início da jornada. Homens e mulheres adultos, jovens e crianças de ambos os sexos, aptas ao trabalho na lavoura dirigiam-se aos cafezais. Quando o plantio de culturas alimentares era feito de modo intercalar, o cuidado do cafezal e das roças de subsistência era feito ao mesmo tempo. Quando lotes separados eram destinados às culturas de subsistência, era necessário um esforço adicional por parte da família para dar conta dos serviços requeridos. Diferentemente de outros sistemas que combinam trabalho assalariado e produção direta, vigentes em outras regiões brasileiras hoje e no passado, no colonato qualquer membro apto da família poderia dedicar-se a quaisquer das tarefas nas lavouras do patrão e nas roças independentes.

As tarefas domésticas, porém, eram uma atribuição feminina, especialmente da mulher casada. Ao contrário dos demais membros da família, em geral mulheres casadas e crianças pequenas ficavam em casa até que fosse preparado o almoço e que se desencumbissem de outros serviços de casa. À determinada hora, mulheres e crianças pequenas dirigiam-se ao cafezal levando a comida aos que lá estavam desde cedo. E lá permaneciam até o fim da jornada jun-

tando-se aos demais no trabalho com a enxada. De volta à casa, as mulheres casadas, auxiliadas por suas filhas, ocupavam-se do preparo da refeição noturna e do cuidado das crianças menores. Os homens dedicavam-se ao preparo de suas ferramentas de trabalho e à realização de pequenos negócios que complementavam a renda familiar, especificamente a venda de sua produção autônoma, cereais ou pequenos animais.

Estas rotinas diárias sofreram profundas alterações com a generalização do regime de assalariamento, ocorrida a partir dos anos 50. Do ponto de vista do processo de trabalho, unidades familiares foram substituídas por turmas de trabalhadores – homens, mulheres, jovens, adultos e crianças – sob o comando de fiscais e capatazes. Trabalhadores individualizados, desvinculados de laços familiares com seus pares. Cada trabalhador passa, portanto, a constituir uma unidade de força de trabalho, independentemente das formas de remuneração utilizadas – por dia de trabalho ou por quantidade produzida. Essas variações também não interferem no fato de que passa a vigorar uma jornada fixa e igual para todos os trabalhadores. Jornada mais curta ou mais longa, a depender do local de residência do trabalhador, nas fazendas ou nas periferias das cidades.

O que interessa destacar para os propósitos dessa discussão é que a organização do cotidiano passa a ser comandada de fora. Todos na família passam a se subordinar às necessidades de um tempo de produção, eliminando-se a flexibilidade permitida pela autonomia no processo de trabalho. Obviamente que o colonato também envolvia uma subordinação às exigências da produção, expressa nos termos dos contratos de trabalho. Porém, as condições de subordinação se alteram, não deixando mais espaços de autonomia, penetrando no cotidiano das famílias. O tempo desse cotidiano se enrijece, com impacto visível sobre a condição feminina.

Premidas pelas necessidades de gerar renda e pelas expectativas prevaletentes quanto ao desempenho do papel especificamente feminino, as mulheres casadas alternam períodos de engajamento no mercado de trabalho, com outros em que se mantém voltadas apenas para as tarefas domésticas. A análise dos dados das histórias de vida das mulheres e da situação das famílias em diferentes momentos do ciclo de vida é reveladora. A participação das mulheres casadas no mercado de trabalho é condicionada, não só pelas alternativas que esse mercado oferece mas, também, pelas possibilidades de outros membros da família desempenharem as tarefas requeridas pelas necessidades do grupo como um todo. Dessa forma, em alguns momentos, é a ajuda dos filhos nas lides domésticas que libera a mulher casada para o trabalho fora de casa. Em outros, os filhos substituem as mães no mercado de trabalho.

Outros autores, na América Latina e fora dela, também procuraram evidenciar o que seria uma dupla determinação sobre a participação das mulheres em atividades geradoras de renda ou produtivas (SCOTT e TILLY, 1975; JELIN e FEIJÓO, 1980; BRUSCHINI e MADEIRA, 1983; AGUIAR, 1984). Mais além do que isso, o que a análise do material coletado mostra é que as transformações nas formas de organização da produção afetam, não apenas o tipo de participação produtiva das mulheres casadas – trabalho temporário, em tempo parcial, etc. – mas também o cotidiano feminino. Esse impacto é visível, tanto em situações em que a mulher casada trabalha fora, quanto nos casos ou momentos em que se atém ao mundo doméstico.



Nesse último, o trabalho da dona de casa se concentra em dois momentos do dia, restando-lhe um amplo espaço de "ócio" e de oportunidade de sociabilidade com a vizinhança. Os que saem cedo a trabalhar e retornam à tardezinha imprimem sua marca ao ritmo da casa. A mulher casada levanta-se mais cedo que os demais, para preparar-lhes o café e a comida. Aproximando-se o fim da tarde, novamente o ritmo de atividades se acelera, pelo preparo do banho e da comida dos que estão para chegar.

Nas situações em que a mulher casada também se junta à massa de trabalhadores assalariados, subordina-se como os demais a uma jornada variavelmente longa e contínua no tempo. Sendo praticamente desprezíveis as evidências de alteração na definição de papéis domésticos, são as mulheres que absorvem boa parte do impacto na vida quotidiana produzido pelas mudanças no regime de trabalho.

São sempre as primeiras a levantar pela manhã, e as últimas a deitar à noite, pois as tarefas da casa e com os filhos foram deslocadas para o começo e o fim do dia. Mais que isso, transbordaram para os fins de semana, ocupando o espaço teoricamente reservado ao descanso semanal. Essa reorganização do tempo feminino, que a literatura convencionou chamar de "dupla jornada de trabalho", mostra-se insuficiente na maioria dos casos. Algumas exigências do papel de dona-de-casa acabam por tomar-lhe não só o domingo de descanso, mas por obrigá-las à perda de pelo menos um dia de trabalho. Na situação analisada, tarefas como a lavagem de roupa do conjunto da família – extremamente pesada pelas condições a que são submetidas as roupas de trabalho – e a ida a serviços de assistência social e de saúde para o cuidado dos filhos, são dificilmente transferidas a outro membro da família.

A resultante irregularidade no comparecimento ao trabalho é apontada, tanto pelas mulheres quanto por seus empregadores, como justificativa pela preferência pelo trabalho temporário ou como impedimento à extensão às mulheres das vantagens e garantias asseguradas pela legislação trabalhista em vigor. Aos olhos das mulheres, porém, o requisito da flexibilidade na organização do tempo do quotidiano é parte da natureza da condição feminina. Em razão disso, avaliam a rigidez dos empregadores como produto de uma incompreensão fundada no mundo masculino, sujeito a condicionantes distintos daqueles a que as mulheres se acham submetidas.

#### **IMPLICAÇÕES PARA O COMPORTAMENTO COM RELAÇÃO À FECUNDIDADE**

A transição do regime de trabalho do colonato para o assalariamento na agricultura paulista provocou mudanças significativas nas condições materiais e institucionais que estruturam a vida quotidiana, incidindo especialmente sobre a mulher casada. Essa constatação sugere a necessidade de investigar os anexos entre a condição feminina e o comportamento reprodutivo por vias pouco exploradas na literatura (2).

De fato, as possíveis relações entre a participação produtiva das mulheres e o comportamento com relação à fecundidade não passaram despercebidas, quer na América Latina,

quer em outros contextos do chamado Terceiro Mundo. Parecem inesgotáveis as tentativas de avaliação do impacto da participação da mulher no mercado de trabalho sobre seu comportamento reprodutivo. Isto é verdade tanto no contexto da discussão estritamente acadêmica, quanto no âmbito das organizações voltadas para a difusão de práticas de controle da prole (BRUSCHINI, 1985). A incerteza quanto ao sentido da relação causal – o que determina o que – constitui a principal fragilidade dos resultados alcançados, sem que tal fato tenha conduzido a um aprofundamento das questões relativas à condição da mulher.

O exame da condição feminina da perspectiva da vida quotidiana oferece algumas indicações a serem consideradas. Na situação estudada, são marcantes as diferenças entre os dois regimes de trabalho que forneceram o enquadramento material e institucional do dia-a-dia da família trabalhadora. Diferenças estas que situam-se, fundamentalmente, no grau de autonomia ou de controle na administração do tempo. Do ponto de vista da mulher, não se trata apenas de uma questão de menor ou maior proximidade entre os locais de trabalho e de moradia, como freqüentemente estas diferenças tem sido tratadas. Trata-se, sim, da possibilidade de comandar ou não o ritmo das atividades e sua alocação no tempo (diário ou semanal).

No regime do colonato, a possibilidade de controlar o ritmo e a distribuição do trabalho permitia uma articulação harmônica entre as funções produtivas e reprodutivas. Salvo complicações na gravidez ou no parto, os papéis associados à reprodução biológica e quotidiana pouco conflitavam com o papel produtivo da mulher casada. Sendo assim, não haveria nesse regime de trabalho maiores obstáculos ao aumento da prole por parte das famílias de trabalhadores agrícolas.

Isto não significa, no entanto, que a fecundidade fosse sempre elevada. Significa apenas que as condições institucionais e materiais permitiam acomodar famílias de diferentes tamanhos, não oferecendo obstáculos à sua ampliação.

Ao contrário, na situação de assalariamento a que foram compelidos os trabalhadores na agricultura paulista a partir dos anos 50, o aumento da prole passa a significar sobrecarga para a mulher casada. O aumento no número de filhos resulta em aumento de tarefas a serem executadas em espaços de tempo reduzidos e comprimidos no início e no fim do dia. A organização do trabalho em turmas de trabalhadores, aos quais se impõe um mesmo e só ritmo, impede o cuidado dos filhos muito pequenos pelas mulheres nas lavouras. Criar os filhos “em baixo de um pé de café”, como diziam as entrevistadas, deixou de ser possível na condição de trabalhadoras assalariadas. Ampliam-se, portanto, os obstáculos à acomodação de uma fecundidade elevada, pelas dificuldades de articularem-se papéis produtivos e reprodutivos.

Práticas de limitação de filhos não eram desconhecidas no passado. Porém, os métodos modernos de controle da prole, além de mais eficazes encontram hoje um contingente feminino suscetível a sua adoção. Não porque a demanda por filhos seja menor hoje do que no passado. Os filhos são tão importantes economicamente para a família de colonos, quanto para a família assalariada. Não é pelo lado de desejo – fundado na irracionalidade como queriam alguns nos anos 60, ou no interesse econômico como quisram outros na década de 70 – que atua a mudança, mas pelo lado da restrição. Se é verdade que famílias grandes podem beneficiar-se da etapa do ciclo vital em que todos ou boa parte dos filhos estejam aptos ao trabalho, tor-



nou-se mais difícil acomodar as demandas conflitantes sobre o tempo feminino até que esta fase seja atingida.

A "hipótese da restrição" é também sugestiva na indagação sobre diferenciais de comportamento entre diferentes segmentos da população. Analisando a fecundidade diferencial de mulheres brasileiras segundo o tipo de relação de trabalho, Rios Neto (1987) encontrou em 1980 uma fecundidade sistematicamente mais elevada entre trabalhadoras temporárias agrícolas. Sem poder dar conta desse achado, o autor chama a atenção para a necessidade de aprofundamento das análises sobre a condição feminina.

Nas entrevistas realizadas com trabalhadoras temporárias na agricultura paulista poucos anos antes, era evidente a busca de uma flexibilidade perdida em consequência das mudanças no regime de trabalho. É sintomático o fato de que em nenhum momento dos depoimentos colhidos, apareça reivindicação ou desejo de alteração nos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher. Ao contrário, as demandas incidem, como já mencionado, sobre o "preconceito" dos patrões e sobre a legislação trabalhista então vigente, localizando aí as necessidades de ajustes para a superação dos descompassos tão intensamente vividos. O trabalho temporário é visto pelas mulheres como um arranjo mais adequado a suas condições. Portanto, valores, concepções e desejos, oriundos do universo familiar e doméstico, articulam-se às alternativas a elas oferecidas no mercado de trabalho.

O trabalho temporário pode ser tomado como um mecanismo de adaptação das mulheres e das famílias às condições em mudança. A prática da redução do tamanho da prole seria outro. É possível que ao adotarem um deles, o outro perca eficácia relativa. Mulheres mais fecundas poderiam lançar mão do trabalho temporário, ao mesmo tempo que a existência dessa possibilidade no mercado de trabalho torná-las-iam menos propensas a controlar drasticamente sua descendência. Em ambas as situações, os constrangimentos à atividade reprodutiva seriam menores.

Desdobramentos dessa discussão poderão oferecer oportunidades ainda não exploradas de esclarecimento dos complexos mecanismos responsáveis pela recente e brusca queda da fecundidade no Brasil. Se é verdade ser impossível dissociar este processo da difusão maciça de meios modernos de controle de filhos, é necessário saber o que torna as pessoas tão propensas a adotá-los. Alterações no processo de trabalho oferecem um primeiro conjunto de fatores a serem considerados. Outros constrangimentos e mecanismos para enfrentá-los deverão ser examinados, em lugar de buscar-se, por exclusão, um único fator responsável pela mudança em qualquer tempo ou lugar.

## NOTAS

1. Consulte-se também os trabalhos produzidos no contexto da Comissão de População e Desenvolvimento do CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais) resumidos na série *Reproducción de la Población y Desarrollo*, 5v.

2. A via que aqui sugerimos é sugerida por Jaffe e Azumi (1960) mas não parece ter sido incorporada ao debate subsequente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, N., (coord.) – 1984. *Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Rio de Janeiro, Vozes, 248p.
- ALDUNATE, A. e LEÓN B., A. – 1975. *Comportamiento reproductivo y heterogeneidad estructural*. Santiago, PROGRAMA DE ACTIVIDADES CONJUNTAS ELAS-CELADE, 81p.
- BILAC, E.D. – 1978. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência: a organização da vida familiar em uma cidade paulista*. São Paulo: Símbolo, 157p. (Coleção Ensaio e Memória, 9).
- BRUSCHINI, M.C.A. – 1986. Mulher e Trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985). *Revista da Fundação SEADE: São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 2(1): 41-48. jan./abr.
- BRUSCHINI, M.C.A. e MADEIRA, F.R. – 1983. *A família, estrutura social e as formas de participação na produção social*. CERU, Cadernos, São Paulo, (18):147-186, maio.
- CALDWELL, J.C. – 1976. Toward a restatement of demographic transition theory. *New York, Population and Development Review* 2(3-4):321-366.
- CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIALES – CLACSO. (Série: Población) *Reproducción de la población y desarrollo*. São Paulo. Clacso, 1982-5. 5v.
- CLELAND, J. e WILSON, C. – 1987. Demand theories of fertility transition: an iconoclastic view. *Population Studies*, London, 41(1):5-30, mar.
- JAFFE, A.J. e AZUMI, K. – 1960. The Birth Rate and Cottage Industries in Underdeveloped Countries. Chicago, *Economic Development and Cultural Change* 4 (oct):52-63.
- JELIN, E. e FEJJOÓ, M.C. – 1980. *Trabajo y Familia en el Ciclo de Vida Femenino: El caso de los sectores populares de Buenos Aires*. Buenos Aires. CEDES, 88p.
- MANDANI, M. – 1972. The Myth of Population Control. New York, *Monthly Review Press*.
- MIRÓ, C.A. e POTTER, J.E. – 1980. *Population Policy*. London, Frances Pinter, 197p.





- OLIVEIRA, M.C.F.A. de – 1981. *A Produção da Vida: a mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura*. São Paulo, s.n. 440 p., (Tese apresentada a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para obtenção do título de Doutor).
- – 1985. *Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo*. Campinas, NEPO/UNICAMP, ago., 62p. (Textos NEPO 1).
- OLIVEIRA, M.C.F.A. de e MADEIRA, F.R. – 1986. População e Força de trabalho: o caso da cafeicultura no oeste paulista. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, 3(1):41-62.
- PATARRA, N.I. e OLIVEIRA, M.C.F.A. de – 1972. Apontamentos críticos sobre os estudos de fecundidade. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 33(131):481-502, jul./set.
- RIOS NETO, E.L. – 1987. *Mulher Rural: Classe e outros determinantes da fecundidade*. (Apresentado em: Encontro Mulher Rural: Identidades na Pesquisa e na Luta Política), Nova Friburgo, novembro (mimeo), 32p.
- SCOTT, J. e TILLY, L. – 1975. Women's work and the family in nineteenth century Europe. London, *Comparative Studies in Society and History*, 17(1) Jan: 36-64.
- TORRADO, S. – 1976. *Clases sociales, familia y comportamiento demográfico: orientaciones metodológicas*. Santiago. PROGRAMA DE ACTIVIDADES CONJUNTAS ELAS-CELADE.

ABSTRACT – This paper focuses on the changes in women's condition due to the transition from the regime of *colonato* to wage labor in São Paulo's agriculture. This analysis of the constraints on woman tries to uncover the different capacity of systems of labor organization to accommodate high fertility. It argues that the subordination to a pre-established journey makes it very difficult to combine female productive and reproductive roles.